

Aproximações entre fenomenologia e o método da cartografia em pesquisa qualitativa

Severino Ramos Lima de Souza¹, Ana Lúcia Francisco²

¹ Departamento de Psicologia da Faculdade Frassinetti do Recife, Brasil. sevpsilima@gmail.com

² Departamento de Psicologia Universidade Católica de Pernambuco, Brasil. ana.francisco@terra.com.br

Resumo. Este artigo pretende apresentar e discutir o método da cartografia em pesquisa qualitativa e suas possíveis aproximações com a fenomenologia. Originalmente, a cartografia como método de investigação foi proposto por Félix Guattari e Gilles Deleuze em seus estudos voltados análise de processos e produção de subjetividades. No Brasil, esta metodologia é relativamente recente, mas com contribuições muito significativas em pesquisas no campo da saúde coletiva, educação e políticas públicas. O modo como vem sendo apresentado e praticado por pesquisadores brasileiros tem nos levado a pensar em possíveis articulações com o método fenomenológico, em seus princípios mais gerais, enquanto modo de apreensão da realidade. Nessa direção, pensamos que este artigo poderá trazer contribuições para as pesquisas que se encaminham por um viés fenomenológico existencial.

Palavras-chave: Fenomenologia; Método da Cartografia; Pesquisa Qualitativa.

Approaches of phenomenology and cartography method in qualitative research

Abstract. This article intends to present and discuss the cartography method in qualitative research and its possible approximations with phenomenology. Originally, cartography as a method of investigation was proposed by Félix Guattari and Gilles Deleuze in their studies focused on process analysis and production of subjectivities. In Brazil, this methodology is relatively recent, but with very significant contributions in research in the field of collective health, education and public policies. The way it has been presented and practiced by Brazilian researchers has led us to think of possible articulations with the phenomenological method, in its more general principles as a way of apprehending reality. In this direction, we think that this article can bring contributions to the research that is heading for an existential phenomenological bias.

Keywords: Phenomenology; Cartography Method; Qualitative Research.

1 Introdução

O presente artigo pretende discutir questões metodológicas relacionadas à pesquisa qualitativa, propondo uma aproximação entre o método fenomenológico, em seus princípios mais gerais e o método da cartografia. A ideia emergiu a partir do grupo de estudo e leitura dirigida sobre a cartografia, do qual estamos participando, há aproximadamente dois anos, dentro do Programa de Doutorado em Psicologia Clínica. À medida que fomos adentrando no estudo das *Pistas do Método da Cartografia*, apresentadas em dois volumes (Passos, Kastrup & Escóssia, 2012; Passos, Kastrup & Tedesco, 2014), tornavam-se mais explícitas, para nós, conexões com alguns dos princípios do método fenomenológico, tendo em vista que ambas se constituem, fundamentalmente, como epistemologias que põem em questão o modo de produção de conhecimento pautado nos direcionamentos e desdobramentos impingidos pelo cartesianismo positivista.

São os pontos de liga que nos interessam trazer para esta discussão como possibilidade de contribuição com o debate relacionado às metodologias em pesquisas qualitativas no âmbito da psicologia, em especial, àquelas vinculadas ao enfoque fenomenológico existencial. Com esta intenção, iniciaremos por uma abordagem a respeito da fenomenologia e o método por ela

proposto, seguindo-se com a apresentação do método da cartografia através de algumas de suas pistas. E, nas considerações finais, discutir as possíveis aproximações entre ambas no contexto da prática de pesquisa e das metodologias qualitativas.

2 Algumas considerações sobre fenomenologia e o método fenomenológico

A tradição fenomenológica, tal como a conhecemos na atualidade, tem sua formulação mais consistente a partir dos estudos de Edmund Husserl (1859 – 1938), tornando-se uma das principais correntes do pensamento ocidental no século XX, encontrando na França e na Alemanha, sobretudo, terreno fértil para se desenvolver. Os desdobramentos do pioneirismo das formulações husserlianas tomaram caminhos distintos daqueles propostos originalmente, resultando em diferentes perspectivas dentro da fenomenologia. Desse modo, pode-se falar em uma fenomenologia husserliana, merleau-pontyana ou heideggeriana, entre outras. Porém, para efeito deste estudo, tomaremos algumas das proposições mais gerais da fenomenologia enquanto modo de aproximação e apreensão da realidade, sem especificar em qual das perspectivas estaremos nos apoiando. Embora reconheçamos as contribuições específicas de cada um dos pensadores acima referidos, nosso desejo, aqui, é valorizar a fenomenologia enquanto movimento filosófico que trouxe à tona questionamentos epistemológicos fundamentais sobre o modo de como o homem conhece o mundo e a si mesmo.

Preliminarmente e de maneira breve, consideramos importante fazermos algumas pontuações a respeito da política cognitiva em relação a qual a fenomenologia erige seus questionamentos, posicionando-se como uma outra via possível à compreensão do modo como o homem produz conhecimento.

Nossa tradição ocidental moderna, inaugurada com Descartes, traz uma preocupação fundamental quanto aos critérios de validade do conhecimento e sobre as bases nas quais estaria respaldado. Para esse filósofo, todo o conhecimento, até então produzido, não passaria de opiniões, pontos de vista sobre o mundo e as coisas e, por isso, inconsistentes. Ao questioná-los, ele desejava estabelecer critérios que possibilitassem a aquisição de conhecimentos verdadeiros, seguros e inquestionáveis. Ao tomar o caminho da “dúvida metódica” chega à conclusão – não por demonstração, mas por intuição – de que a única coisa da qual não duvidar é do *cogito* (eu penso).

Como desdobramento da sua linha de raciocínio, Descartes estabelece quatro regras fundamentais ao ordenamento do pensamento:

1. Não incluir nos meus juízos nada além daquilo que se apresenta à minha inteligência tão clara e distintamente que exclua qualquer possibilidade de dúvida.
2. Dividir todo problema que se tem de estudar em tantas partes menores quantas forem possível e necessárias para melhor resolvê-los.
3. Conduzir meus pensamentos com ordem, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir aos poucos, como por degraus, ao conhecimentos dos mais complexos, e supondo uma ordem também entre aqueles dos quais uns não procedem naturalmente dos outros.
4. Fazer sempre enumerações tão completas e revisões tão gerais que tenha a segurança de não ter omitido nada. (as cited in Mondin, 1981, p. 66-67).

Na primeira regra fica patente o critério de verdade enunciado por Descartes o qual irá nortear todo o projeto de ciência da modernidade: clareza e distinção. Diz-nos o filósofo:

Chamo clara uma percepção que está presente e é aberta à mente atenta; do mesmo modo dizemos que vemos com clareza quando as coisas, presentes ao nosso olho, nos movem forte e abertamente.

Chamo distinta aquela percepção que, sendo clara, é tão disjunta e separada de todas as outras que não contém em si nada além do que é claro. (as cited in Mondin, 1981, p. 67).

A racionalidade cartesiana vai tomando a forma de um método capaz de balizar a validade do conhecimento produzido, elevando-o ao status de ciência, mediante critérios bem definidos, a saber: observação, controle, mensuração, previsão e generalização. O propósito do método vai se caracterizar pela necessidade de “neutralização” e de “controle” dos elementos e variáveis subjetivos com vistas à “objetividade pura”, decorrente do “isolamento” do sujeito de sua história e dos seus afetos (no sentido de afetabilidade).

Podemos afirmar, portanto, que as questões relativas à produção do conhecimento foram o cerne das preocupações filosóficas no período que se convencionou denominar Modernidade. De modo geral, as indagações giravam em torno de quem é esse sujeito do conhecimento e das condições nas quais se dá a possibilidade de o mundo ser conhecido. Racionalistas, Empiristas e Idealistas, dos mais diferentes matizes, debruçaram-se no entendimento desses questionamentos, porém, cada um a seu modo e de pontos de partida diferentes, realçaram a razão como a única mediação possível na aquisição e produção de conhecimento cientificamente válido, relegando para segundo plano todos os outros modos de conhecimento e aproximação da realidade.

Desse modo, a partir das referências Modernas, conhecimento cientificamente válido passou a ser aquele produzido mediante o controle das variáveis subjetivas, racionalmente articulado, na perspectiva do estabelecimento de relações lineares de causalidade, com vistas ao alcance de uma verdade ou conceito generalizável, universal, uno e, por isso, inquestionável por sua objetividade. Nessa linha de raciocínio, o sujeito que aparece e que interessa a esses propósitos é o “sujeito pura razão”, desenraizado das suas determinações sócio-históricas, abduzido do mundo para contemplá-lo à distância. Esta política de produção do conhecimento foi denominada por alguns estudiosos de metafísica.

Como perspectiva hegemônica na história do pensamento ocidental, a metafísica impôs um modo de racionalidade totalizante, universalista e generalizante, a partir de uma concepção de subjetividade entendida como interioridade e de um sujeito racionalmente pleno de si, separado do mundo; este entendido como exterioridade, composto de coisas e realidades a serem apreendidas, mediante a aplicação de um método asséptico, capaz de conduzir a razão às certezas empiricamente comprovadas. Assim, o grande projeto encarnado pelo pensamento moderno foi a matematização do mundo, a dominação da natureza e do homem e, na perspectiva social, construir uma ordem que maximiza o desempenho, a funcionalidade e a produtividade. (Drawin, 2009).

Evidentemente que esta política gnosiológica implementada pela metafísica promoveu, e ainda promove, avanços incontestáveis no âmbito da ciência, sobretudo em relação àquelas denominadas “ciências duras” ou naturais. A questão que se coloca é o modo como esta política se impôs às demais áreas do conhecimento como sendo o único critério de cientificidade, em especial àquelas que têm como campo e objeto de estudo o próprio homem.

É neste contexto que o pensamento fenomenológico emerge como um contraponto aos critérios estabelecidos pela metafísica à produção do conhecimento cientificamente válido. Na contramão, a fenomenologia vem valorizar o particular, o singular, o território, a perspectiva. Contudo, não se trata de afirmar a primazia desta sobre a metafísica porque não há essa pretensão no movimento fenomenológico mas, tão somente, posicionar-se como outra via a partir de uma outra epistemologia. E é exatamente como uma perspectiva alternativa que a fenomenologia se autocompreende e se propõe a ser.

Valorizar o aspecto da perspectiva no processo de produção do conhecimento põe em questão a necessidade e a possibilidade de verdades universais e absolutas, para se considerar a relatividade, a provisoriidade, a mutabilidade das coisas e daqueles que sobre elas se debruçam na tarefa de

conhecê-las, bem como o que daí se produz de conhecimento. Desse modo, a fenomenologia entende que o processo de conhecer não se dá pela “retirada” do sujeito do seu processo de existir, uma vez que, em última análise, a necessidade de conhecer uma determinada realidade, ou qualquer outra coisa, emerge da angústia e da inquietação que se instala no sujeito por sua copertença ao mundo. Nesta concepção, o mundo emerge como campo provocativo às múltiplas possibilidades do conhecer e do compreender, em um movimento dialógico incenssante. Ou seja, existir já é conhecer, já é compreender, mesmo que de modo intuitivo, visceral e, às vezes, precário, porque existir se dá, inexoravelmente, como abertura ao mundo, aos outros e a si mesmo.

A fenomenologia, como método de investigação, portanto, vem propor uma desconstrução da metafísica reposicionando o homem e o mundo como instâncias co-originárias e não separadas. Homem e mundo, sujeito e objeto são coemergentes, pois, para a perspectiva fenomenológica, não existe o homem em si e nem o mundo em si, ambos são mutuamente constitutivos. Os “em si” pertencem às concepções representacionais, para as quais homem e mundo são instâncias apartadas, podendo ser representados e apreendidos através da prévia formulação de conceitos sobre eles, uma vez que não podem ser acessados diretamente. E, para a captura do que são, em sua verdade mais pura, ou seja, em sua essência (conceito), fazia-se necessário o controle das variáveis subjetivas para não interferir no trabalho da razão.

Para a superação da polarização entre o homem, de um lado (interioridade), e o mundo, do outro (exterioridade), a fenomenologia propõe o conceito de intencionalidade da consciência. Aqui merece um breve esclarecimento sobre o modo de como a fenomenologia compreende o que vem a ser consciência. Ela não é um compartimento dentro da cabeça do sujeito, nem uma unidade psicofísica; também não se confunde com “aquilo que sujeito sabe e domina intelectivamente”; não se encontra em uma dimensão de interioridade pura e nem de exterioridade pura. Por ser intencional, a consciência é, exatamente, a experiência do “entre” homem-mundo, sujeito-objeto, interioridade-exterioridade, a estabelecer a condição de inseparabilidade, copertença e coemergência. Este “entre” é, por assim dizer, o caráter intencional da consciência.

Consciência e objeto não são, com efeito, duas entidades separadas na natureza que se trataria, em seguida, de pôr em relação, mas consciência e objeto se definem respectivamente a partir desta correlação que lhes é, de alguma maneira, co-original. Se a consciência é sempre “consciência de alguma coisa” e se o objeto é sempre “objeto para a consciência”, é inconcebível que possamos sair dessa correlação, já que, fora dela, não haveria nem consciência nem objeto. (Dartigues, 1992, p. 19).

A consciência, portanto, pode ser compreendida como a experiência mesma de estar sendo-no-mundo, conferindo ao existir humano o caráter de abertura para si, para os outros, para as coisas e para os acontecimentos, em permanente movimento de produção de sentido. Por esta razão, a questão da intencionalidade, para o movimento fenomenológico, constitui-se pedra fundamental, ponto de viragem em relação à racionalidade metafísica.

A forma peculiar com a qual a fenomenologia entende o que é conhecer, realça o movimento de implicação do sujeito com o mundo, com a realidade, sendo este movimento mesmo, condição e possibilidade de produção de conhecimento, pondo em questão qualquer proposição de neutralidade, sobretudo no campo das ciências sociais e humanas. AmatuZZi (2010, p. 227) nos esclarece:

Qualquer estudo que eu faça é sempre um estudo situado, que se refere na verdade ao objeto tal como ele aparece em uma relação comigo, tal como ele me interessa, tal como ele se faz presente em um dinamismo de conhecimento, de curiosidade, de desafio, de espanto, que é meu e do grupo humano do qual sou porta-voz.

O conceito de implicação integra uma dimensão do conhecer que é da ordem da experiência de se encontrar em um mundo/campo, aberto às intensidades afetivas, aos movimentos e processos no modo como eles se dão em um horizonte significativo a partir do qual se torna possível articular sentidos.

Enquanto método de pesquisa a fenomenologia propõe, em linhas gerais, o despojamento de qualquer conceito prévio sobre o que se pretende investigar, como uma disposição de abertura ao fenômeno mesmo, em seu modo mais originário de dar-se e manifestar-se. O que se interroga é o fenômeno em sua aparição e singularidade, sem a mediação do que já se sabe de antemão sobre ele. Cabe àquele que interroga a tarefa de descrever, o mais detalhadamente quanto for possível, o modo próprio do fenômeno se manifestar, dentro do horizonte hermenêutico a partir do qual se torna possível sua compreensão e articulação de sentidos.

Por sugerir uma metodologia descritiva e não explicativa, a fenomenologia visa mais a compreensão dos fenômenos e menos a explicação destes, por entender que explicar é da ordem dos conceitos e da linearidade causal, e compreender convoca o sujeito na sua relação imediata com o que deseja conhecer, trazendo à tona uma dimensão no processo de conhecer que é da ordem da experiência e da vivência. Nessa medida, a fenomenologia favorece o reconhecimento da inseparabilidade homem-mundo, sujeito-objeto na produção do conhecimento e no ato de pesquisar, levando-nos à superação da política cognitiva metafísica, a qual pressupõe o pensamento dicotômico, classificatório, disjuntivo e, ao mesmo tempo, direcionado a verdades universais conclusivas.

Como metodologia de pesquisa, a fenomenologia propõe o exercício do pensamento aberto como atitude de acolhimento àquilo que se apresenta ao olhar do pesquisador na sua relação imediata com o seu objeto de estudo, sem a mediação dos a priori sobre o que se estuda, abrindo-se às possibilidades do compreender dentro do horizonte temporal e hermenêutico que sustenta pesquisador-objeto-campo. É nessa mesma direção que a cartografia, como método de pesquisa, posiciona-se, o que pode ser explicitado em algumas das diretrizes ou pistas que orientam o trabalho de pesquisa de inspiração cartográfica.

3 O método da cartografia

Originalmente, a cartografia diz respeito à elaboração e utilização de mapas e de cartas relacionadas às inquietações dos seres humanos em conhecer o mundo no qual habita. Cartografar, então, assemelha-se a uma arte. Mas, também, é uma ciência, pois se refere a habilidade de elaborar mapas, cartas ou outras formas de representar, descrever detalhadamente ou expressar objetos, fenômenos, ambientes físicos e socioeconômicos, e utilizá-los. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], s.d.).

A cartografia como método de pesquisa, no âmbito das ciências sócio-humanas, foi sugerida por Félix Guattari e Giles Deleuze, dentro dos estudos relativos ao acompanhamento de processos e produção de subjetividades. Para estes autores, os modelos e métodos de pesquisa, àquela época existentes, não se adequavam aos objetos de suas investigações em virtude de se pautarem em lógicas representacionais. Ambos são pensadores da corrente pós-estruturalista francesa com contribuições marcantes no que se refere ao reducionismo da psicanálise, a partir da esquizoanálise.

No livro *Mil platôs* (2011) os autores supracitados inserem a cartografia nos princípios do conceito de rizoma para se referir ao modo como concebem produção de subjetividades. Compreendido como mapa, o rizoma “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente” (Deleuze & Guattari, 2011, p. 30). Os princípios rizomáticos, tal como os autores descrevem, apoiam-se em um tipo de racionalidade para além das

articulações binárias de causa e efeito, contrapondo-se aos modelos demonstrativos-representacionais, derivados de uma racionalidade cartesiana-positivista-caulante.

Embora ainda recente no contexto brasileiro de pesquisas qualitativas, a cartografia vem, progressivamente, conquistando espaços de estudos nas academias, tomando maior consistência no âmbito de sua prática como método, com resultados muito significativos e interessantes no que diz respeito ao acompanhamento de processos e produção de subjetividades, no campo das ciências sociais, políticas públicas e saúde coletiva. O desafio que nos lança o método da cartografia, em linhas gerais, é o de exercitar a sustentação da abertura de pensamento para receber, sem pré-conceitos, tudo o que for se apresentando no processo de pesquisar como condição de possibilidade para se produzir conhecimento pertinente e consistente. Todavia, urge afirmar que, embora não se defina por um conjunto de procedimentos a priori, não significa que a cartografia aconteça na ausência total de orientações, as quais são designadas como pistas.

Considerando que o nosso propósito, aqui, é fomentar uma discussão preliminar quanto a possibilidade de aproximação entre o método fenomenológico e a cartografia, traremos apenas algumas das sua pistas, como um “aperitivo”. Como forma de conferir organicidade ao texto e, ao mesmo tempo, traduzir para o leitor o modo como as pistas são interdependentes e complementares, elas serão sinalizadas com destaque em itálico, com as devidas referências para aprofundamentos posteriores. Ainda, cumpre-nos registrar que, evidentemente, o método da cartografia traz outras tantas reflexões interessantes no âmbito da pesquisa qualitativa que poderão ser aprofundadas em momento oportuno.

Acompanhar processos (Barros & Kastrup, 2012) é ao que se destina o método da cartografia. São os processos e a dimensão interventiva a orientar sua prática e não metas e objetivos previamente definidos. Não se trata, contudo, de negligenciá-los ou eliminá-los porque nenhuma pesquisa que almeje certo rigor acontece sem o mínimo de parâmetros e de propósitos. Porém, as metas e os objetivos são móveis e flexíveis por encontrarem-se subordinados aos caminhos que vão sendo desdobrados no próprio processo do pesquisar, que acontece como intervenção. Por esta razão, a proposta cartográfica sugere uma reversão da concepção tradicional de método (*metá-hódos*) para *hódos-metá* porque a primazia recai sobre a experiência do caminhar da pesquisa.

Caracterizando-se como uma prática de pesquisa que tem por objetivo o acompanhamento de processos, a cartografia, inevitavelmente, traz um forte viés interventivo e, por esta razão, assume o caráter de *pesquisa-intervenção* (Passos & Benevides de Barros, 2012). Pesquisar é intervir na realidade e não apenas representá-la. Contudo, a intervenção que a pesquisa opera não é unilateral, ou seja, ela não se dá em um sentido único. Todos os que estão envolvidos na pesquisa estão implicados em todo o processo. Portanto, pesquisador-pesquisados-campo sofrem os efeitos do ato de pesquisar.

Por ser interventiva, a perspectiva da cartografia supõe, inevitavelmente, o mergulho do pesquisar no campo onde acontecerá sua investigação. Este mergulho implica o cartógrafo nos movimentos das forças, das intensidades e dos afetos circulantes, de modo a compor, com sua presença e ações, *o coletivo de forças como plano da experiência cartográfica* (Escóssia & Tedesco, 2014) que, em seus movimentos vai desenhando e fazendo emergir paisagens e mapas (formas e realidades), também em movimento. Explicitar os fois que estão urdir este plano, acompanhar os seus traçados, compreender os seus efeitos sobre o pesquisador, o objeto de estudo e sobre a produção do conhecimento que vai se tornando possível construir, é a expressão mesma do ato de pesquisar. Nessa medida, a pesquisa cartográfica acontece mediante o envolvimento implicado e reflexivo do pesquisador com tudo e com todos que participam da composição do campo. Presume-se, portanto, que não há qualquer pretensão à neutralidade. Pesquisador, objeto e pesquisados, encontram-se em um mesmo plano comum no qual estão implicados, inseparavelmente. (Passos & Benevides de Barros, 2012).

A *dimensão do comum* (Kastrup & Passos, 2014) à qual se refere a cartografia não é a mesma coisa de homogeneidade. Diz respeito à dimensão processual da realidade na qual estão todos implicados, participando, com sua singularidade, da tecitura de um mundo comum, o qual se apresenta heterogêneo, diverso, múltiplo, fazendo emergir o entendimento de uma realidade complexa, em constante movimento. O sentido de comum, na perspectiva da cartografia, refere-se à experiência de pertencimento por habitar um mesmo território de práticas com-partilhadas em meio a um coletivo de forças evidenciado pelas tramas que as sustentam. Partilha e pertencimento são expressões (no sentido de atitudes e comportamentos) que produzem e efetivam o comum porque, como nos dizem os autores acima referidos, “o comum é aquilo que partilhamos e em que tomamos parte, pertencemos, nos engajamos” (p. 21).

Nessa linha de raciocínio, o plano do comum rompe com o que é da ordem da verticalidade (que hierarquiza os diferentes) e da horizontalidade (que iguala e homogeneiza) para se firmar na transversalidade onde

Não é mais possível ou necessária a fixação de fronteiras separando saberes e atores, onde se inclui a dimensão do “fora” das organizações ou formas instituídas, onde se atravessam diferentes semióticas (significantes e não significantes), onde o grupo experimenta sua dimensão de coletivo. (Kastrup & Passos, 2014, p. 18)

Pode-se, desse modo, afirmar que a prática cartográfica traz consigo, como condição de sua efetividade, um posicionamento inclusivo e participativo no qual as diferenças são valorizadas em todas as suas dimensões, como singularidades a compor o coletivo de forças, como plano comum. Nessa medida, a prática de pesquisa deixa de ser uma elaboração do pesquisador sobre um determinado campo/território e sobre os sujeitos que nele habitam para se tornar uma experiência de co-engendramento, inclusive do próprio pesquisador, materializada pela ação de “estar com”, superando a relação de oposição entre este e os sujeitos pesquisados. Assim, assegura-se na prática da pesquisa a relação de coprodução e de coemergência.

Por conseguinte, Passos & Kastrup (2014) entendem que a pesquisa, como ação de “estar com”, é uma aposta na produção coletiva do conhecimento por intermédio da combinação simultânea do acesso e da construção do plano comum entre pesquisadores e pesquisados. Nessa configuração, a pesquisa acontece como ação em movimento em um determinado contexto. Não há cisão entre pesquisar e agir, entre saber e fazer. Conhecer uma dada realidade é, simultaneamente, transformá-la, criá-la e recriá-la, pois ela está sempre em movimento, em processo, assim como o pesquisador. Mergulhar nesse movimento é transformar e transformar-se. E, desse modo, pesquisar vai se constituindo em uma experiência do pesquisador com o seu objeto de pesquisa no contexto.

Trazer para a pesquisa, como “material” significativo, a experiência do pesquisador no ato de pesquisar, aponta para uma “nova ordem” na produção de conhecimento cientificamente válido. O que é vivido pelo pesquisador, enquanto ele pesquisa, mobiliza e viabiliza o acesso à transversalidade e ao plano comum. Busca-se, portanto, resgatar a dimensão do sensível como abertura e orientação no processo de pesquisa, mediante o cultivo do olhar e da atenção aos movimentos em curso e aos efeitos destes sobre o pesquisador, pesquisados e o campo. Assim, considera-se *o funcionamento da atenção do pesquisador* aspecto fundamental no trabalho de pesquisa cartográfica (Kastrup, 2012).

Na perspectiva da cartografia, o olhar e a atenção são tomados como gestos complementares e simultâneos que acontecem como experiências e ações em movimento, encarnadas corporalmente na pessoa do pesquisador e, por isso, dizem respeito à qualidade da sua presença e implicação no contexto no qual pesquisa. Refere-se, portanto, a uma atenção e de um olhar concentrados mas, ao mesmo tempo, flutuantes e abertos, em um movimento nômade, que só se detém o tempo

suficiente e necessário ao que emerge para, logo em seguida, colocar-se novamente em curso pelo chamamento dos acontecimentos em movimento (Kastrup, 2012).

O olhar e o estar atento são gestos, disposições que acontecem no corpo de quem os realiza, encarnando-os como ação. Isso lhes dá uma consistência ao nível de vivência/experiência/existência porque, o que daí se articula e se produz como ação-reflexão não coincide com pura abstração lógico-conceitual, fundada em princípios que separam corpo e mente, sensível e racional. Desse modo, situar a produção de conhecimento em um viés que vitaliza o sensível e o corpóreo como disposições e abertura, potencializa a relação direta e imediata do pesquisador com o seu campo/contexto de estudo.

A aprendizagem para uma atitude cartográfica em pesquisa passa, fundamentalmente, pelo cultivo do olhar e da atenção aos processos em curso. Embora se faça necessário um aporte teórico como alicerce e diretriz, o que conta, efetivamente, é a capacidade de abertura sensível aos acontecimentos em trânsito. Ou seja, a formação do pesquisador na prática da cartografia passa pelo cultivo da dimensão dos afetos (como afetabilidade), próprio ao modo de ser-humano-no-mundo-com-outros. Então, nessa medida, a sua formação só se torna possível “em campo”, ou seja, como pontua Pozzana (2014), *a formação do cartógrafo é o mundo*. Por essa via,

Cartografar é conectar afetos que nos surpreendem e, para tanto, na formação do cartógrafo é preciso ativar o potencial de ser afetado, educar o ouvido, os olhos, o nariz para que habitem durações não convencionais, para além de sua função sensível trivial, ativando algo de suprassensível, dimensão de virtualidade que só se amplia à medida que é exercitada. O cartógrafo, assim, vai criando corpo junto com a pesquisa. (Pozzana, 2014, p. 63).

A partir dessas reflexões podemos inferir que o método da cartografia concebe a prática da pesquisa como ação corporificada no pesquisador-em-sintonia-com-o-contexto-de-estudo a produzir saber pelo fazer.

4 Considerações finais

Embora possuam especificidades muito sutis quanto ao modo de como realizam a prática da pesquisa propriamente dita, as relações entre as propostas metodológicas da fenomenologia e da cartografia nos parecem pertinentes pelo tipo de política cognitiva que ambas adotam, apontando para a existência de princípios compartilhados.

Um dos aspectos interessantes a ser considerado diz respeito ao questionamento ao modelo de ciência criado no contexto da Modernidade que se impôs à totalidade das áreas de conhecimento: o conhecimento cientificamente válido deve se ocupar de fenômenos observáveis, passíveis de controle e repetição, mensuráveis e generalizáveis, mediante a aplicação de um método capaz de esterelizar o sujeito do seu enraizamento sócio-histórico e dos seus afetos para fazer emergir o “sujeito pura razão”. Em contraposição, a fenomenologia e a cartografia buscam se ocupar de fenômenos e acontecimentos naquilo que eles trazem de expressivo do modo-humano-de-ser-no-mundo, em toda a sua diversidade e complexidade, o que foge completamente do suposto controle racional almejado pelo projeto Moderno de ciência. Pois, o âmbito do humano nos lança à lida com o imprevisível, transitório e efêmero. Sendo assim, uma árvore não é apenas uma árvore: ela tem cor, sabor, cheiro, evoca lembranças, memórias, sentimentos, acontecimentos, entre muitas outras coisas. Portanto, no contexto do humano qualquer coisa não é simplesmente uma coisa, pois não está circunscrita apenas à utilidade para a qual foi criada, produzida. Nessa medida, tudo é acontecimento, história, cultura, inclusive o próprio homem.

Seguindo esta linha de raciocínio, em fenomenologia e cartografia, uma determinada realidade que se coloca como foco de estudo não concebida/projetada como algo já dado de antemão, e não há nenhuma significação preexistente a ser desvelada ou apreendida. Ambas as perspectivas metodológicas entendem que não existem coisas em si, como expressão de exterioridade, nem tampouco sujeito em si, como expressão de pura interioridade. Sujeito-objeto, homem-mundo, dentro-fora são cooriginários e coemergentes. Isso implica no questionamento sobre a neutralidade, tão valorizada como condição de acesso à produção do saber científico.

Produzir conhecimento é posicionar-se e tomar posição no mundo. Nenhuma ciência é neutra. Ela nasce como necessidade de resposta às inquietações humanas em meio ao mundo, situado, datado e encarnado em cada sujeito em sua multiplicidade e complexidade expressiva. Por não ser neutra, a ciência e o conhecimento por ela produzido traz a marca do olhar daquele que o produziu. Em outras palavras, a realidade problematizada como locus de pesquisa encontra-se na dependência do olhar daquele que a percebe, pois, o que é relevante numa realidade não se separa do que é relevante ao olhar do pesquisador.

O olhar e a atenção são fundamentais para a fenomenologia e para a cartografia no que tange às suas propostas metodológicas porque expressam o grau de abertura aos acontecimentos e aos movimentos processuais por eles mesmos engendrados. Eis aí o ponto de liga primordial na prática de pesquisa sugerida por estas perspectivas: manter o pensamento aberto, deixando-se guiar pelos processos em curso, fazendo da prática de pesquisa uma experiência irrepetível.

Referências

- Amatuzzi, M. M. (2010). Pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. In Klöckner, F. C. S. (Org.). *Abordagem centrada na pessoa: a psicologia humanista em diferentes contextos*. 2ª ed. Londrina: EdUniFil.
- Barros, L. P., & Kastrup, V. (2012). Cartografar é acompanhar processos. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Dartigues, A. (1992). *O que é fenomenologia?* 3ª ed. São Paulo: Editora Moraes.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (2011). *Mil platôs*. v. 1. 34ª ed. Rio de Janeiro: Letras .
- Drawin, C. R. (2009). Psicoterapias: elementos para uma reflexão filosófica. In Conselho Federal de Psicologia. *Ano da psicoterapia: textos geradores*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia/CRP.
- Escóssia, L., & Tedesco, S. (2012). O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Noções básicas de cartografia. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/introducao.htm. Acessado em 01 mar 2016.
- Kastrup, V. (2012). O funcionamento da atenção no trabalho cartográfico. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de*

subjetividade. Porto Alegre: Sulina.

Kastrup, V., & Passos, E. (2014). Cartografar é traçar um plano comum. In Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. vol. 2. Porto Alegre: Sulina.

Mondin, B. (1981). *Curso de filosofia*. vol. 2. São Paulo: Paulinas.

Passos, E., & Benevides de Barros, R. (2012). A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). (2012). *Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Org.). (2014). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. vol. 2. Porto Alegre: Sulina.

Pozzana, L. (2014). A formação do cartógrafo é o mundo: corporificação e afetabilidade. In Passos, E., Kastrup, V., & Tedesco, S. (Org.). *Pistas do método da cartografia: a experiência da pesquisa e o plano comum*. vol. 2. Porto Alegre: Sulina.